

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
4º Período Manhã
Contabilidade Avançada
Direito Tributário
Planejamento e Gestão Governamental
Sistemas Contábeis I
Teoria Básica da Contabilidade

Caroline Wenchenck Neves
Gabriel Schneider
Luís Augusto Guimarães Figueiredo
Sarah Duarte Millard

GESTÃO AMBIENTAL:
conceitos, características e aplicações em empresas do setor de atividades alimentícia

Belo Horizonte
22 outubro 2013

Caroline Wenchenck Neves
Gabriel Schneider
Luís Augusto Guimarães Figueiredo
Sarah Duarte Millard

GESTÃO AMBIENTAL:
conceitos, características e aplicações em empresas do setor de atividades alimentícias

Artigo apresentado às disciplinas: Contabilidade Avançada, Direito Tributário, Planejamento e Gestão Governamental, Sistemas Contábeis e Teoria Básica da Contabilidade do 4º Período Manhã do Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Amaro da Silva Júnior
Fátima Maria Penido Drumond
Josimara
Sabino Joaquim de Paula Freitas
Sérgio Ribeiro da Silva

Belo Horizonte
22 outubro 2013

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	03
2 CONDIÇÃO PLANETÁRIA	04
3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A GESTÃO AMBIENTAL	05
4 GESTÃO AMBIENTAL	07
4.1 Contabilidade Ambiental.....	08
5 ESTUDO DE CASO: A EFETIVIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIA BRFOODS	09
5.1 A BR Foods	09
5.2 BR Foods no mercado	10
5.3 Balanço Social	11
5.4 Relatório de sustentabilidade	11
5.4.1 Investimento social da BR Foods	12
5.4.2 Reciclagem de resíduos sólidos	14
5.4.3 Emissões de gases efeito estufa (Gee)	14
6 DVA – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16
6.1 Objetivos da DVA	16
6.2 DVA da BR Foods	18
6.2.1 Análise	19
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente urbanização da população brasileira, as principais questões ambientais do país passaram a se concentrar nas nossas grandes cidades. As carências da infraestrutura de saneamento básico são reconhecidamente as principais responsáveis pela deterioração do meio ambiente e da qualidade de vida dos habitantes de nossos centros urbanos.

Hoje, os centros urbanos brasileiros estão recheados de grandes empresas que devido a sua grande escala de produção acabam poluindo e degradando o ambiente que nela está inserido. A partir desse cenário, a legislação brasileira se adequou e criou leis que influenciam as grandes corporações a realizarem projetos que amenizam a degradação do ambiente. As realizações desses projetos fazem parte da Contabilidade Ambiental.

A Contabilidade em si, por uma breve definição, é ciência que estuda e controla o patrimônio da empresa com o objetivo de fornecer informações para a tomada de decisões. Com o passar dos anos e a conscientização das grandes empresas sobre a importância da preservação do ambiente, o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos, obrigações ambientais) se tornou obrigatória para toda sociedade empresária, a partir disso surge a Contabilidade Ambiental, tendo o seu principal objetivo, o fornecimento de informações aos stakeholders sobre os gastos e investimentos para a manutenção das mutações ambientais que afetaram o patrimônio ambiental da corporação.

Ao longo do trabalho iremos fazer uma análise da sociedade empresária BR Foods, a maior empresa no ramo alimentício do mundo. Iremos apresentar a história desta sociedade empresária, desde o seu surgimento até os dias de hoje, as análises da sua DVA (demonstração do valor agregado), apresentando gráficos explicativos que permite uma análise crítica sobre a destinação da receita da empresa, e por fim, os projetos sociais e ambientais que ela realiza em todo o Brasil.

2 CONDIÇÃO PLANETÁRIA

O sexto buraco negro no ensino concerne ao que se poderia chamar a era planetária, denominada por muitos como tempos modernos. A sua problemática tange o conhecimento do que aconteceu na humanidade a partir das grandes navegações. Esta era planetária começou da pior maneira com a colonização, escravidão, a dominação do mundo pelo ocidente. Morin (2002,p.98) diz que é necessário compreender que a mundialização é apenas uma etapa tecnoeconômica de um fenômeno que começou muito antes.

As problemáticas que atingem o planeta de maneira global como as pandemias, drogas e a destruição da biosfera são ameaças têm que ser visto como problemas de uma comunidade de destinos sobre a Terra. Porém essa mesma comunidade tem que aprender a resolver os problemas sem destruir as outras culturas o que é uma questão talvez mais importante que a própria problemática dita antes.

Segundo Morin (2002.p.98) existiram dois fenômenos de mundialização, o primeiro por meio da dominação e do colonialismo e o segundo quando se criou as ideias de que os seres humanos têm o mesmo valor, qualquer que seja a sua raça, ou seja, a igualdade. E a partir desses fenômenos criou-se um conceito chamado de “cidadania terrestre” em resposta a mundialização, que é tratado como parte da antro-po-ética.

Outro problema da condição planetária é a falta de compreensão da nossa própria era, pois segundo Morin (2002,p.99)

“é muito difícil compreender nossa época porque há sempre um atraso no que diz a respeito ao acontecimento vivido. O filósofo espanhol Ortega y Gasset dizia que não abemos o que se passa e é exatamente isto que se passe. Não se compreende nada. Vivemos sem compreender o que vivemos. (...) Como hoje todos os processos se aceleraram (...) há uma imbricação total dos fatores demográficos, econômicos, morais, mas se não podemos compreender o mundo tentemos, pelo menos não ter dele uma visão mutilada”.

Então é possível concluir que a problemática do sexto buraco negro do conhecimento se reside em como solucionar os problemas de cunho global, tais como a manejo coerente dos recursos de cunho ambiental.

3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A GESTÃO AMBIENTAL

Na atualidade, o meio ambiente é sem sombra de dúvidas alvo de maiores preocupações e cada vez mais são promulgadas novas leis ao seu favor. Com isso, no Brasil as principais medidas pela legislação são:

1. Novo Código Florestal Brasileiro - Lei nº 4771/65 (ano 1965)

Foi promulgado durante o governo militar, estabeleceu que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação são bens de interesse comum a todos os habitantes do País.

2. Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6938/81 (ano 1981)

Esta tornou obrigatório o licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos que possam degradar o meio ambiente. Aumentou a fiscalização e criou regras mais rígidas para atividades de mineração, construção de rodovias, exploração de madeira e construção de hidrelétricas.

3. Lei de Crimes Ambientais - Decreto nº 3179/99 (ano 1999)

Instituiu punições administrativas e penais para pessoas ou empresas que agem de forma a degradar a natureza. Atos como poluição da água, corte ilegal de árvores, morte de animais silvestres tornaram-se crimes ambientais.

4. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SUNC) - Lei nº 9985/2000 (ano 2000)

Definiu critérios e normas para a criação e funcionamento das Unidades de Conservação Ambiental.

5. Medida Provisória nº 2186-16 (ano 2001)

Deliberou sobre o acesso ao patrimônio genético, acesso e proteção ao conhecimento genético e ambiental, assim como a repartição dos benefícios provenientes.

6. Lei de Biossegurança - Lei nº 11105 (ano 2005)

Estabeleceu sistemas de fiscalização sobre as diversas atividades que envolvem organismos modificados geneticamente.

7. Lei de Gestão de Florestas Públicas - Lei nº 11284/2006 (ano 2006)

Normatizou o sistema de gestão florestal em áreas públicas e criou um órgão regulador (Serviço Florestal Brasileiro). Esta lei criou também o Fundo de Desenvolvimento Florestal.

8. Medida Provisória nº 458/2009 (ano 2009)

Estabeleceu novas normas para a regularização de terras públicas na região da Amazônia.

Além de todas essas leis, foi criado em 1993 o ISO 14.000 é uma série de normas desenvolvidas pela *International Organization for Standardization* (ISO) que refere-se a vários aspectos, como sistemas de gestão ambiental, auditorias ambientais, rotulagem ambiental e avaliação do desempenho ambiental.

4 GESTÃO AMBIENTAL

Gestão ambiental é um sistema de administração empresarial que dá ênfase na sustentabilidade. Desta forma, a gestão ambiental visa à utilização de práticas e métodos administrativos que tem como objetivo reduzir ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza.

Métodos e objetivos principais da gestão ambiental:

- Uso de recursos naturais de forma racional.
- Aplicação de métodos que visem à manutenção da biodiversidade.
- Adoção de sistemas de reciclagem de resíduos sólidos.
- Utilização sustentável de recursos naturais.
- Criação de produtos que provoquem o mínimo possível de impacto ambiental.
- Treinamento de funcionários para que conheçam o sistema de sustentabilidade da empresa, sua importância e formas de colaboração.
- Criação de programas de pós-consumo para retirar do meio ambiente os produtos, ou partes deles, que possam contaminar o solo, rios, etc. Exemplo: recolhimento e tratamento de pneus usados, pilhas, baterias de telefones celulares, peças de computador, etc.

O uso do método da gestão ambiental é importante para empresa por diversos motivos. A empresa associa sua imagem ao da preservação ambiental, melhorando no mercado as imagens das marcas de seus produtos. Empresas que adotam o sistema de gestão conseguem reduzir seus custos, evitando desperdícios podendo assim aproveitar esse materiais que na maioria das vezes eram descartados. As empresas que adotam o sistema de gestão ambiental melhoram suas relações comerciais com outras empresas que também seguem com este princípio, além de melhorar sua imagem para a sociedade.

A BRF adota o princípio de gestão ambiental. O objetivo dela ao adotar esse método de gestão é estabelecer diretrizes para o aprimoramento de seus processos, produtos e serviços visando à melhoria contínua de políticas e ações voltadas para o meio ambiente. Entendendo como um compromisso da empresa com a sustentabilidade, a BRF adota o modelo de gestão com base em um conjunto de metas, onde que as praticas e ações que visem resultados simultâneos e pertinentes nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. A empresa entende

que contribuir para o desenvolvimento da sociedade, significa garantir a sustentabilidade de seu negócio.

A empresa BRF adota a legislação e os requisitos aplicáveis como ponto de partida para a atuação responsável no meio ambiente. A empresa tem como princípio o compromisso com a orientação aos fornecedores e parceiros críticos como parte integrante dos processos produtivos, reconhecendo os esforços daqueles que promovem a condução de suas atividades de forma sustentável.

A BRF entende que o zelo pela biodiversidade, qualidade de vida, convívio saudável com a sociedade e respeito às futuras gerações são resultados de sua gestão operacional de acordo com critérios adequados de ecoeficiência, prevenção da poluição e do seu compromisso com o uso responsável dos recursos naturais.

4.1 Contabilidade ambiental

Dentre as muitas abordagens da contabilidade, a que mais se enquadra no contexto da gestão ambiental é a abordagem sociológica. Ela é caracterizada segundo Iudicibus (2010, p.10) como “uma abordagem do tipo “bem-estar social”, no sentido de que os procedimentos contábeis deveriam atender a finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar adequadamente ao público informações sobre a amplitude e a utilização dos poderes das grandes companhias”, pois “não há dúvidas de que certos itens de “despesa” das grandes sociedades mereceriam uma explicação melhor.” (IUDICIBUS, 2010, p.10). As suas principais vertentes são a Contabilidade Social, e a Contabilidade Ambiental.

A Contabilidade ambiental é o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações - expressos monetariamente. Como ciência a contabilidade apresenta condições, por sua forma de registro e controle, de contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente.

O objetivo da contabilidade social é propiciar informações regulares aos usuários internos e externos acerca dos eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respectiva entidade, quantificado em moeda.

5 ESTUDO DE CASO: A EFETIVIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIA BR FOODS

5.1 A BR Foods

A BRF S.A. é uma sociedade brasileira de capital aberto e, portanto, está sujeita às exigências da Lei das Sociedades por Ações e às regras e regulamentos da CVM.

A Companhia foi fundada pelas famílias Brandalise e Ponzoni em 1934 com o nome de “Ponzoni, Brandalise e Cia.”, no estado de Santa Catarina e foi administrada pela família Brandalise até setembro de 1994. Em 1940, a Companhia expandiu suas atividades, que eram de comércio em geral e concentravam-se em alimentos e produtos relacionados, para incluir o processamento de carne suína. Durante os anos 50, foi iniciado negócio de processamento de aves. Nos anos 70, foi ampliado para a distribuição de produtos para incluir os mercados de exportação, começando com a Arábia Saudita. De 1980 a 1990, expandiram a fim de incluir o Japão em 1985 e a Europa em 1990. Iniciaram assim uma série de aquisições de negócios de processamento de aves e suínos, bem como investimentos em outras indústrias.

De 1990 a 1993, a Companhia incorreu em substanciais perdas, devido ao aumento dos custos, poucos investimentos no desenvolvimento de novos produtos, capacidade de expansão limitada e poucos investimentos em marketing. Em setembro de 1994, enfrentou uma crise de liquidez que resultou na venda do controle acionário pela família Brandalise, a qual detinha 80,68% das ações ordinárias e 65,54% das ações preferenciais, para oito fundos de pensão:

- PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, ou “PREVI”, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil S.A.;
- Fundação Telebrás de Seguridade Social - SISTEL, ou “SISTEL”, o fundo de pensão dos funcionários da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás;
- PETROS - Fundação Petrobras de Seguridade Social, ou “PETROS”, o fundo de pensão dos funcionários da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;
- Real Grandeza Fundação de Assistência e Previdência Social, ou “Real Grandeza”, o fundo de pensão dos funcionários de Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas;
- Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, ou “FAPES”, o fundo de pensão dos funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

- PREVI - BANERJ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banerj, ou “PREVI - BANERJ”, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.;
- VALIA - Fundação Vale do Rio Doce, ou “VALIA”, o fundo de pensão dos funcionários da Companhia Vale do Rio Doce; e
- TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, ou “TELOS”, o fundo de pensão dos funcionários da Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel.

Após adquirir o controle de nossa Companhia, os oito fundos de pensão originais contrataram uma nova equipe de executivos que reestruturaram a administração, aumentaram o capital social e implementaram programas de modernização. A nova administração promoveu uma reestruturação societária, vendeu ou liquidou operações comerciais não essenciais e melhorou sua estrutura financeira. Cinco dos oito fundos de pensão originais continuam a ser acionistas, com exceção da TELOS e da PREVI – BANERJ.

Em maio de 2009, foi celebrado um Acordo de Associação entre a Perdigão e a Sadia, que resultou na criação da BRF S.A. Esta combinação de negócios se tornou completamente efetiva no dia 22 de setembro de 2009, e a Sadia se tornou subsidiária de propriedade integral da Companhia.

5.2 BR Foods no mercado

A BRF recebeu a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em 13 de julho de 2011. O negócio ficou condicionado ao cumprimento de um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD) para a venda de um conjunto de ativos composto por dez fábricas de alimentos processados e quatro de rações, dois abatedouros de suínos e dois de aves, 12 granjas de matrizes de frangos, dois incubatórios de aves e oito centros de distribuição.

O termo estabelece ainda a alienação das marcas Rezende, Wilson, Texas, Tekitos, Patitas, Escolha Saudável, Light Elegant, Fiesta, Freski, Confiança, Dorianana e Delicata. Adicionalmente, a BRF comprometeu-se a suspender temporariamente as marcas Perdigão e Batavo em algumas categorias de produtos. Baseada em uma análise sobre os resultados divulgados de 2010, a alienação de ativos e marcas acordada com o Cade resulta em receitas de R\$ 1,7 bilhão, com volumes relativos a 456 mil toneladas de produtos in natura, elaborados

e processados, comemorativos e margarinas. Já as suspensões de categoria das marcas Perdigão e Sadia equivalem a receitas de R\$ 1,2 bilhão.

5.3 Balanço Social

O balanço social é um demonstrativo contábil publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. O balanço social é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta.

O Relatório Anual e de Sustentabilidade da BRF reúne informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais da companhia no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de e segue as metas da Global Reporting Initiative (GRI – Versão G3).

Para a companhia a publicação é uma importante ferramenta para relatar com transparência os avanços e desafios da empresa com relação aos compromissos assumidos em 2011. A relevância dos temas abordados dentro de cada um dos Pilares de Sustentabilidade da BRF foi definida a partir de painéis de engajamento realizados com diferentes públicos-chave da empresa, uma forma de demonstrar a importância que a BRF atribui para a atuação conjunta nos desafios de sustentabilidade da Companhia.

5.4 Relatório de sustentabilidade

O relatório de sustentabilidade é um relatório que divulga o desempenho econômico, ambiental, social e de governança da organização relatora. Portanto, estes representam o interesse público, pois criam uma mentalidade de desenvolvimento sustentável e também impulsionam maior transparência nos impactos críticos e relevantes de natureza ambiental, social e econômica.

Ao fornecer informações que o mercado utiliza para tomar decisões mais esclarecidas, os relatórios de sustentabilidade podem ajudar a torna-lo mais eficiente e eficaz em seu papel de criador de valores sustentáveis. As informações contidas nesses relatórios também podem auxiliar governos em busca de formas de medir seu progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.

E, por fim, eles nos dizem das decisões dos acionistas em relação à empresa, incluindo funcionários, a sociedade civil e os consumidores. Por exemplo, em 2009, 75% da força de

trabalho americana via responsabilidade social e compromisso ambiental como critérios importantes na escolha dos empregadores.¹

A empresa que o grupo escolheu para fazer o estudo de caso foi a sociedade empresária BR Foods S.A, que produz seu relatório de sustentabilidade anualmente. O relatório é repleto de informações em relação às políticas em geral da empresa, sobre o ambiente que ela está inserida, suas políticas ambientais, a valorização do capital humano, e as mudanças que esta proporciona aos seus funcionários.

A BRF atua com transparência quanto à política e procedimentos da empresa em relação aos aspectos ambientais junto aos seus públicos de relacionamento. A empresa compreende seu papel na disseminação de boas práticas para a preservação ambiental através da educação e do comprometimento de seus funcionários, terceiros e dos envolvidos na cadeia produtiva.

5.4.1 Investimento social da BR Foods

Preocupada em promover ações transformadoras que tenham continuidade, as iniciativas sociais da BRF estão focadas no desenvolvimento das comunidades em que atua. Para isso, foi essencial o trabalho desenvolvido por 33 comitês de investimento social e relacionamento com comunidade.

Formados por cerca de 400 funcionários, esses comitês mapearam as prioridades de cada região de modo a integrar parceiros, investidores e comunidade. A companhia realiza seu investimento social por meio de três tipos de recursos: financeiro, capacitação e apoio ao voluntariado.

A BRF investiu cerca de R\$ 4,7 milhões no instituto BRF, sendo que mais de 50% desse valor foi direcionado às comunidades beneficiadas. O ano foi marcado pela consolidação da estratégia de investimento social, simbolizada pelo lançamento formal do instituto BRF, que estabeleceu uma metodologia de ação dividida em quatro frentes – Políticas Públicas, empreendedorismo e empregabilidade, Redes intersetoriais e terceiro Setor. Transversal a todas as frentes de trabalho, há o apoio do Programa Voluntários BRF.

Com o investimento direto de mais de R\$ 2 milhões, foi expandida a atuação para 37 municípios, 10 acima do ano anterior, beneficiando mais de 29 mil pessoas. Para 2013, a meta

¹ Retirado de “Qual é a importância dos relatórios de sustentabilidade?” de Maria Bitarello.

é ampliar a presença do instituto para quatro novos municípios nos quais a BRF tem operação e avançar em instrumentos e metodologia de análise qualitativa e quantitativa de impacto.

Redes intersetoriais – a frente é integrada por dois programas: Comunidade ativa, que contou com cerca de 50 parceiros na execução de 29 projetos de desenvolvimento nos bairros onde há unidades da BRF, beneficiando mais de 15 mil pessoas; e Laços de Proteção, que realizou quatro capacitações sobre prevenção, identificação e atendimento às situações de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes para 300 profissionais da educação e do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). É desenvolvido em Vitória de Santo Antão e Bom Conselho (PE), em parceria com a Fundação Childhood Brasil.

Políticas públicas – tendo em vista a importância da parceria público-privado para o avanço em políticas públicas que promovam o desenvolvimento, ao longo de 2012 foram finalizados dois projetos voltados ao fortalecimento da educação pública: Concórdia Digital, de inserção de informática na rede pública de ensino de Concórdia (SC), que formou 18 professores multiplicadores; e Educar é Cuidar, em Buriti Alegre (GO), para o fortalecimento do ensino infantil do município. No final de 2012 também foi viabilizada uma parceria com o Programa Cidades Sustentáveis para o lançamento, em 2013, de uma plataforma online que apoiará as cidades signatárias do programa a implementar e aperfeiçoar indicadores de sustentabilidade na gestão pública.

Empreendedorismo e empregabilidade – atuação por meio de dois projetos. O primeiro é o estação Digital, de cursos de informática básica para jovens de Bom Conselho (PE) e que ampliou seu escopo em 2012 para informática intermediária e informática para adultos, atendendo 278 alunos em 26 turmas. É desenvolvido com a Prefeitura, a Fundação Banco do Brasil e a oi Futuro. O segundo é o tempo de empreender, realizado em Lucas do Rio Verde (MT) em parceria com o instituto Camargo Corrêa, Sebrae e parceiros locais e que está em sua fase final. Ele apoia o empreendedorismo social e de negócios de jovens.

Voluntários BrF – o programa tem como metodologia a realização de mapeamento para identificar potencialidades e necessidades dos municípios, possíveis parceiros e organizações. Em 2012, segundo ano do programa, foram beneficiadas aproximadamente 14 mil pessoas e 66 organizações em 35 municípios. Cerca de 2,7 mil funcionários voluntários participaram de 160 ações, sendo 80% relacionadas a meio ambiente (foco em coleta seletiva e resíduos sólidos), educação, cidadania, assistência social e gestão organizacional.

5.4.2 Reciclagem de resíduos sólidos

A gestão do capital natural da BRF está atenta a questões relacionadas aos ecossistemas e à utilização saudável dos recursos naturais – que incluem água, terra, minerais e florestas. No decorrer do ano, a Companhia esteve envolvida na discussão do acordo setorial para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da sua participação no grupo Coalizão empresarial, coordenado pelo Compromisso empresarial para a Reciclagem (Cempre).

Para estender sua atuação nesse tema, foi estruturado um sistema de coleta seletiva no novo prédio administrativo em Curitiba (PR) e na sede em São Paulo (SP). A campanha interna “Recicle suas Ideias” foi outra iniciativa de 2012 para a conscientização de funcionários sobre a importância da reciclagem e do consumo consciente. Criou-se um padrão de reciclagem nos prédios administrativos, com o objetivo de estimular a mudança de hábitos dentro e fora de casa. Duas novas construções concluídas no ano seguem os conceitos e critérios técnicos do sistema *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED). Dentre os atributos dos prédios, destacam-se aproveitamento de luz natural, reuso de água e tecnologias para economizar energia. Na outra ponta do processo, o Programa de Florestas Renováveis age no aumento de produtividade nas florestas, reduzindo a necessidade de área cultivada para o fornecimento de biomassa como fonte de energia à área industrial, impactando menos o ecossistema.

5.4.3 Emissões de Gases Efeito Estufa (Gee)

Embora publique suas emissões de Gee desde 2009, a BRF passa a considerar o inventário de 2011 como ano-base, pois a partir dele estruturou a avaliação do indicador de desempenho das atividades, definindo compromissos e metas de redução. Verificado por terceira parte, o inventário de 2011 recebeu Selo ouro no Programa Brasileiro de Gases de efeito estufa (GHG Protocol Brasil).

Para o inventário de 2011, os cálculos usaram metodologia mais completa, com ferramenta integrada à base de dados das operações no Brasil. Com isso, a avaliação foi mais precisa, permitindo visualizar resultados e variações por área, unidade operacional, fonte de emissão, combustíveis, etc. Houve ainda melhoria na mensuração relativa a dejetos agropecuários. A incorporação definitiva da Sadia e a venda de ativos, por conta do acordo com o Cade, também se refletiu na necessidade de recálculo do inventário de Gee, o que

justifica volumes menores no ano de 2011 em relação a 2010. O indicador de intensidade de carbono, para o ano de 2011, foi de 53,55 kg Co₂ e/tonelada produzida. A meta é reduzir em 10% a intensidade de carbono das emissões diretas da BRF até 2015, considerando como base o inventário de 2011. Para tanto, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Eficiência energética, com prioridade a fontes renováveis e incentivo ao uso racional do recurso;
- Desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e processos com baixo impacto ambiental;
- Projetos de novos empreendimentos com conceitos sustentáveis (gestão de resíduos e eficiência energética);
- Disseminação de boas práticas e ações para reduzir emissões de gases efeito estufa na cadeia de valor;
- Transparência e divulgação dos resultados de emissões verificados por terceira parte.

6 DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O valor adicionado ou também o Valor Agregado representa riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo, normalmente, em um ano. A soma das importâncias agregadas representa literalmente a soma das riquezas criadas por uma sociedade empresária. (Além destas sociedades, a DVA é utilizada para a obtenção da riqueza total de um país, nela é considerada a soma dos valores agregados pelos os seus agentes econômicos, ou seja, pelas suas pessoas físicas e jurídicas, associações, fundações, entidades, etc.)

A DVA serve como auxílio aos *stakeholders*, pois ela identifica as demais gerações de riquezas, valores adicionados, diferentemente das Demonstrações de resultado que identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucros. As demonstrações financeiras também não são capazes de indicar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando as mercadorias ou insumos que adquire.

É de suma importância que as empresas façam as DVAs, pois algumas nações exigem que as empresas internacionais que desejam se instalar no país demonstrem qual o valor adicionado que pretendem gerar. Com as DVAs, as nações podem ter noção da quantidade de produtos importados que elas utilizam em sua produção, uma vez que, para as nações é de total interesse que as multinacionais utilizem matérias primas existentes em seu território.

Esta demonstração indica de forma clara e precisa a parte da riqueza que pertence aos sócios ou acionistas, a que pertence aos demais capitalistas que financiam a entidade, a que pertence aos empregados e finalmente a parte que fica com o governo. Diferente das Demonstrações de Resultado, onde a parte de terceiros (capitalista, empregados, governo) são considerados como despesas ou custos.

6.1 Objetivos da DVA

Quando uma sociedade efetua a produção, ela cria riqueza, a qual é representada pela diferença entre o valor da venda e o valor pago a terceiros a através de insumos para a obtenção dos produtos, mercadorias ou serviços.

Os fornecedores também geraram riqueza quando produziram os insumos. Sendo assim, na parte inicial da DVA, o valor pago a terceiros para a aquisição das mercadorias e serviços vendidos e pela utilização de insumos e materiais, tal como os demais consumos administrativos são diminuídos. A partir do resultado emitido ocorre a transferência da

riqueza, deixando clara a sua efetiva distribuição na forma de pagamento de impostos para a administração pública, ou como remuneração do trabalho, do capital próprio ou de terceiros.

Sendo assim, a DVA fornece uma visão bem abrangente sobre a real capacidade de uma sociedade produzir riqueza e sobre a forma como ela distribui essa riqueza entre os diversos fatores da produção (trabalho, capital próprio ou de terceiros, governo).

6.2 DVA da BR Foods

ITR - Informações Trimestrais - 30/06/2013 - BRF S.A.

Versão : 1

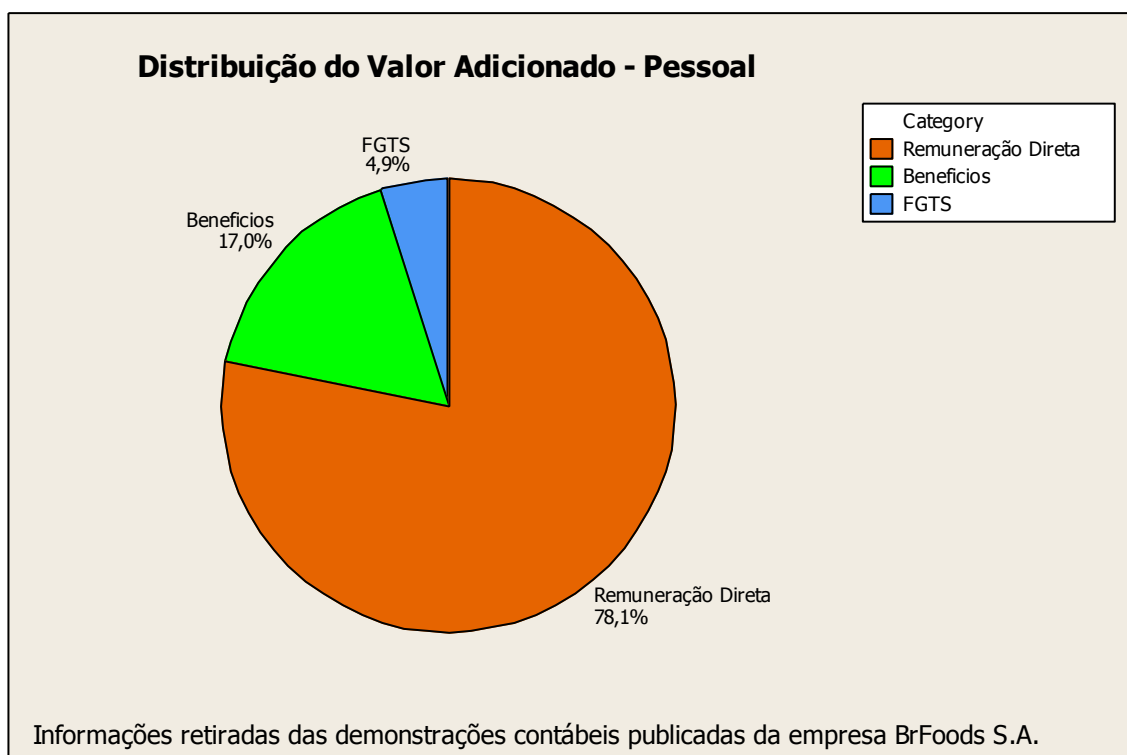
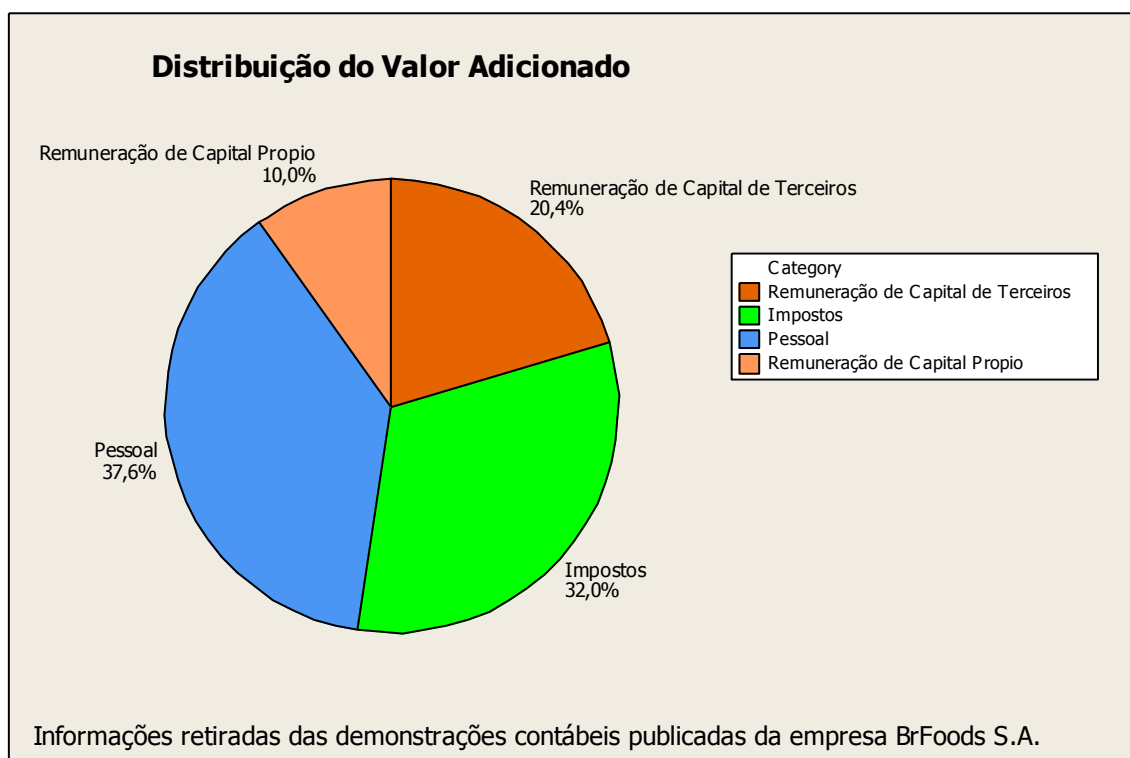
DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	16.619.375	15.038.417
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.224.144	14.466.202
7.01.02	Outras Receitas	-87.440	-161.207
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	470.958	765.406
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	11.713	-31.984
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.042.311	-10.406.594
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.014.693	-8.283.133
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.040.031	-2.131.672
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	12.413	8.211
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.577.064	4.631.823
7.04	Retenções	-569.504	-477.120
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-569.504	-477.120
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.007.560	4.154.703
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	642.123	757.717
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.598	10.803
7.06.02	Receitas Financeiras	630.665	658.768
7.06.03	Outros	1.860	88.146
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.649.683	4.912.420
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.649.683	4.912.420
7.08.01	Pessoal	2.129.435	1.891.650
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.662.490	1.462.991
7.08.01.02	Benefícios	362.770	329.165
7.08.01.03	F.G.T.S.	104.175	99.494
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.803.744	1.694.074
7.08.02.01	Federais	896.146	981.557
7.08.02.02	Estaduais	818.862	694.587
7.08.02.03	Municipais	88.736	17.930
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.151.326	1.162.613
7.08.03.01	Juros	1.017.314	1.045.232
7.08.03.02	Aluguéis	134.012	117.381
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	565.178	164.083
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	359.000	100.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	207.972	59.586
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1.794	4.497

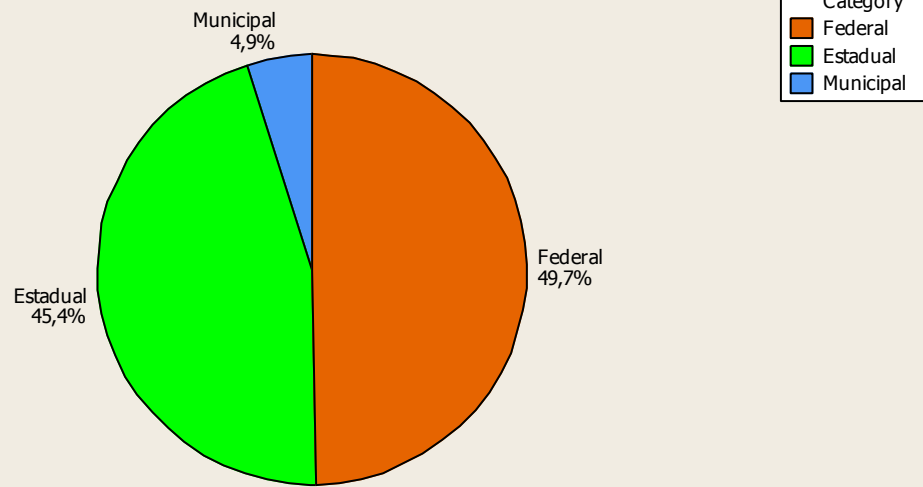
6.2.1 Análise

A partir da DVA da BR Foods S.A. divulgada em seus relatórios financeiros foi possível apurar alguns índices que demonstram certos aspectos de extrema importância relacionada à realidade da empresa e com a criação e a distribuição da riqueza gerada até o final do primeiro semestre de 2013. A seguir estão gráficos elaborados pelo grupo a partir da análise de índices.



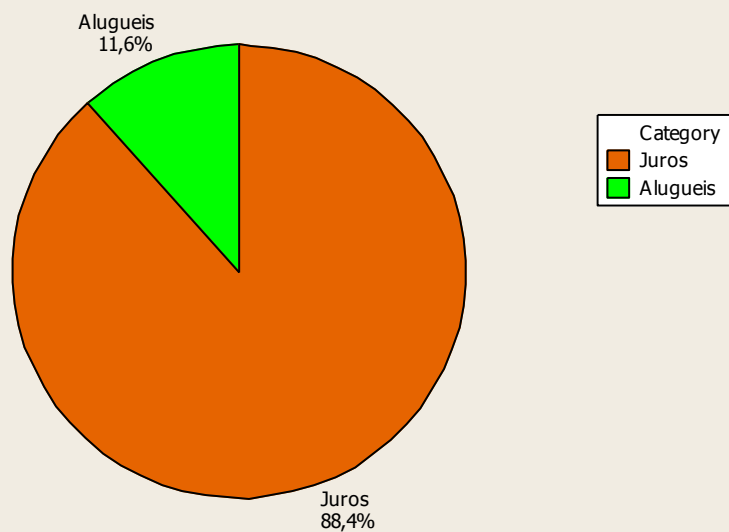
Distribuição do Valor Adicionado - Impostos

Por ente tributante

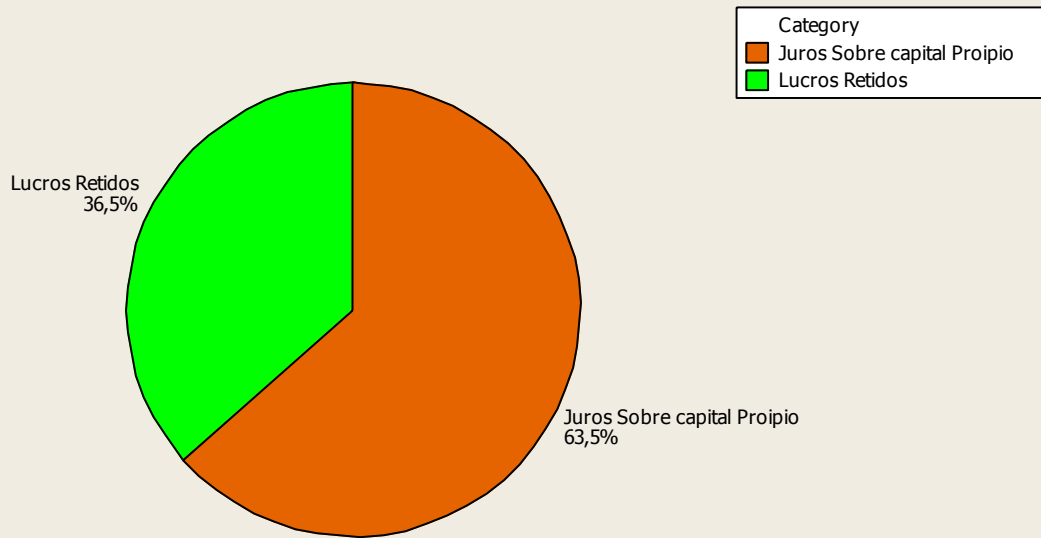


Informações retiradas das demonstrações contábeis publicadas da empresa BrFoods S.A.

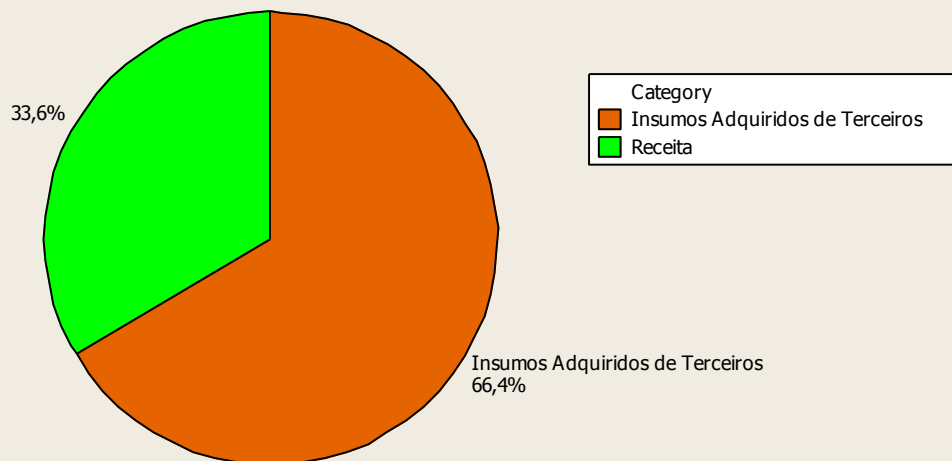
Distribuição do Valor Adicionado - Remuneração Capital de Terceiros



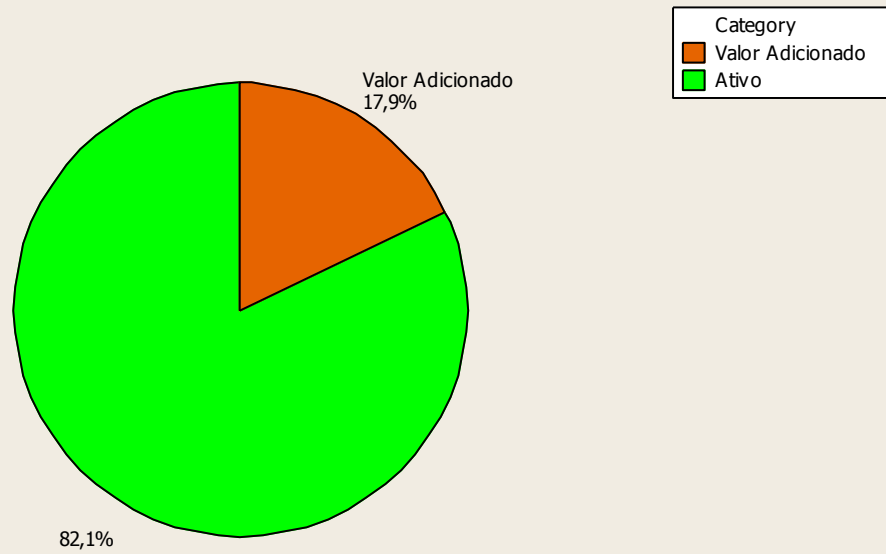
Informações retiradas das demonstrações contábeis publicadas da empresa BrFoods S.A.

Distribuição do Valor Adicionado - Remuneração Capital Proprio

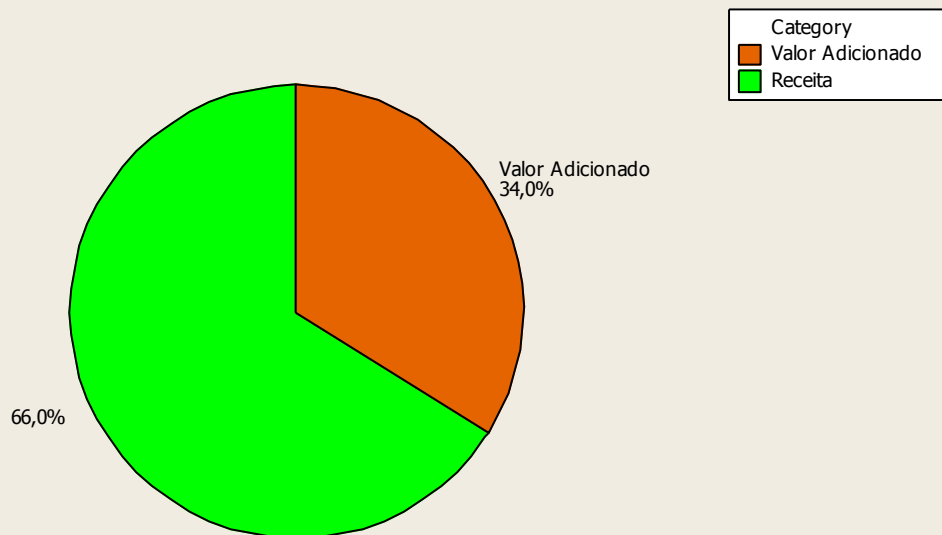
Informações retiradas das demonstrações contábeis publicadas da empresa BrFoods S.A.

Receita Operacional x Insumos

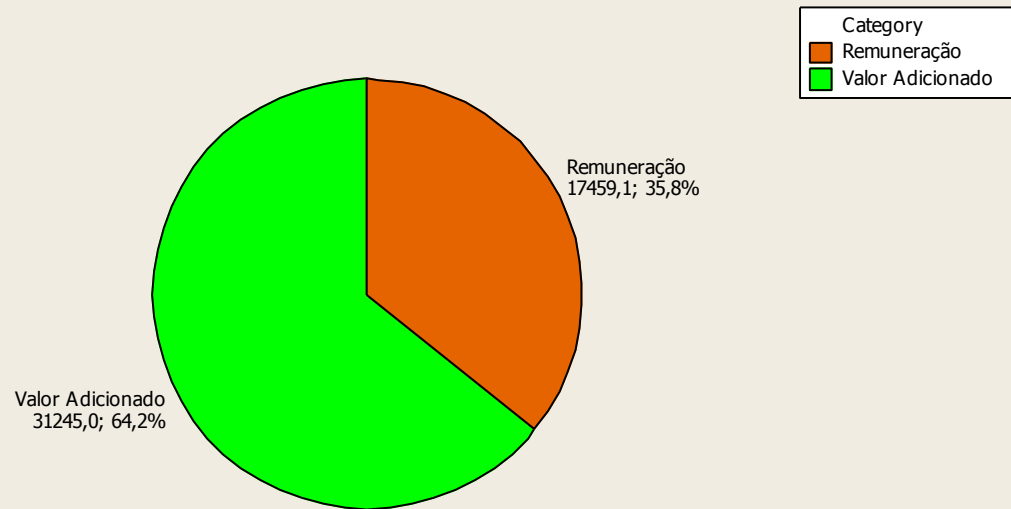
Informações retiradas das demonstrações contábeis publicadas da empresa BrFoods S.A.

Valor Adicionado x Ativo

Informações retiradas das demonstrações contábeis publicadas da empresa BrFoods S.A.

Valor Adicionado x Receita

Informações retiradas das demonstrações contábeis publicadas da empresa BrFoods S.A.

Valor Adicionado criado por Funcionário

Informações retiradas das demonstrações contábeis publicadas da empresa BrFoods S.A.
O Grupo BrFoods possui aproximadamente 116.000 funcionários

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de gestão ambiental se mostraram de extrema importância para a nova realidade, que visa um desenvolvimento sustentável, seja ele voltado para o meio ambiente ou para o ser humano em si.

É gratificante para todo o grupo, conhecer novas práticas de contabilidade, como a contabilidade ambiental que num futuro próximo será extremamente necessária frente aos novos desafios climáticos, como o aquecimento global, desmatamento exagerado e outras intempéries humanas contra a natureza.

A BR Foods é uma empresa que se mostrou muito empenhada em desenvolver uma política de sustentabilidade ambiental e humana, com programas que visam o bem estar dos funcionários, coletas de resíduos industriais e controle dos gases causadores do efeito estufa. Sendo assim podemos afirmar que a companhia é um modelo a ser seguido pelas indústrias alimentícias.

REFERÊNCIAS

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Maria da Conceição de Almeida e Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez, 2002. 102. p.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada:** e análise das demonstrações financeiras. São Paulo: Frase Editora, 1999. 9 ed. ampl., rev. e atual.

<<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/sustentabilidade/noticias/qual-e-a-importancia-dos-relatorios-de-sustentabilidade?page=1>>. Acesso em 2 out. 2013.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/ISO_14000>. Acesso em 2 out. 2013.

<http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/BRF_RA_PT_130314.pdf>. Acesso em 2 out. 2013.

<http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/ITR_2_TRI_2013_29-07-13.pdf>. Acesso em 2 out. 2013.

<http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/ITR_2_TRI_2013_29-07-13.pdf>. Acesso em 2 out. 2013.

<<http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/iso14000.html>>. Acesso em 2 out. 2013.

<http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/leis_ambientais.htm>. Acesso em 2 out. 2013.